

NOTAS SOBRE O CONCEITO DE LOCALIZAÇÃO: IMPACTOS NAS REFLEXÕES ACERCA DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Notes on the concept of location: impacts on reflections about socio-spatial segregation

Notas sobre el concepto de ubicación: impactos en las reflexiones sobre la segregación socioespacial



Raique Lucas de Jesus CORREIA – Universidade Salvador (UNIFACS).
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0488-3037>
URL: <http://lattes.cnpq.br/6550456476074625>
EMAIL: raiquelucas@hotmail.com

Márcia Maria Couto MELLO – Universidade Salvador (UNIFACS).
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2299-3117>
URL: <http://lattes.cnpq.br/6676449118410506>
EMAIL: marcia.mello@animaeducacao.com.br

Marília Moreira CAVALCANTE – Universidade Federal de Sergipe (UFS)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6852-1417>
URL: <http://lattes.cnpq.br/3930455827621342>
EMAIL: mcavalcante@academico.ufs.br

José Euclimar Xavier de MENEZES – Universidade Salvador (UNIFACS).
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7839-7931>
URL: <http://lattes.cnpq.br/5194408237403794>
EMAIL: jose.euclimar@anima comunicacao.com.br

RESUMO

A preponderância do modo de produção capitalista do espaço sobre os processos urbanos é um dos principais fatores na estruturação das desigualdades socioespaciais nas metrópoles contemporâneas. Nesse contexto, muito se discute sobre as causas da segregação e como superar as disparidades que se estabelecem entre os diferentes grupos sociais no espaço intraurbano. Diante disso, o presente artigo propõe um exame do conceito de localização de modo a oferecer uma compreensão mais aprofundada acerca do problema da segregação socioespacial em nossas cidades e as possíveis maneiras de enfrentá-lo. Inicialmente, é apresentada uma análise sobre a categoria de espaço e suas implicações sociais ante o advento do capitalismo moderno, no qual o espaço urbano passou a assumir os atributos da forma-mercadoria. Em seguida, é abordado o problema da segregação socioespacial e sua relação com o modelo de urbanização capitalista a partir da teoria da localização, buscando demonstrar como determinadas localizações, porque incorporam valor de uso e valor de troca diferenciados, tornam-se mais valorizadas do que outras, o que contribui para a intensificação das desigualdades sociais e urbanas. Em seguida, é proposta uma discussão sobre a estratificação social do território urbano, destacando a relação entre o "espaço geográfico" e o "espaço social" na estruturação das desigualdades. Por fim, conclui-se com uma reflexão crítica a respeito do problema urbano, enfatizando a necessidade de pensar alternativas ao modelo de organização socioespacial vigente.

Histórico do artigo

Recebido: 12 janeiro, 2023
Aceito: 25 fevereiro, 2023
Publicado: 16 março 2023

Palavras-chave: Desigualdade Urbana; Desigualdade Social; Urbanização; Espaço Urbano; Estratificação Socioespacial.

ABSTRACT

The preponderance of the capitalist mode of production of space over urban processes is one of the main factors in the structuring of socio-spatial inequalities in contemporary metropolises. In this context, there is much discussion about the causes of segregation and how to overcome the disparities that arise between different social groups in intra-urban space. In light of this, the present article proposes an examination of the concept of location in order to offer a more in-depth understanding of the problem of socio-spatial segregation in our cities and the possible ways to address it. Initially, an analysis is presented on the category of space and its social implications in the advent of modern capitalism, in which urban space began to assume the attributes of the commodity form. Next, the problem of socio-spatial segregation and its relationship with the capitalist model of urbanization is addressed from the theory of location, seeking to demonstrate how certain locations, because they incorporate differentiated use value and exchange value, become more valued than others, which contributes to the intensification of social and urban inequalities. Then, a discussion is proposed on the social stratification of urban territory, highlighting the relationship between "geographic space" and "social space" in the structuring of inequalities. Finally, the article concludes with a critical reflection on the urban problem, emphasizing the need to think about alternatives to the current socio-spatial organization model.

Keywords: Urban Inequality; Social Inequality; Urbanization; Urban Space; Socio-spatial Stratification.

RESUMEN

La preponderancia del modo de producción capitalista en el espacio sobre los procesos urbanos es uno de los principales factores en la estructuración de las desigualdades socioespaciales en las metrópolis contemporáneas. En este contexto, se discute mucho sobre las causas de la segregación y cómo superar las disparidades que se establecen entre los diferentes grupos sociales en el espacio intraurbano. Ante esto, el presente artículo propone un examen del concepto de localización para ofrecer una comprensión más profunda acerca del problema de la segregación socioespacial en nuestras ciudades y las posibles maneras de enfrentarlo. Inicialmente, se presenta un análisis sobre la categoría de espacio y sus implicaciones sociales ante el advenimiento del capitalismo moderno, en el que el espacio urbano asumió los atributos de la forma-mercancía. A continuación, se aborda el problema de la segregación socioespacial y su relación con el modelo de urbanización capitalista a partir de la teoría de la localización, buscando demostrar cómo determinadas localizaciones, porque incorporan valor de uso y valor de cambio diferenciados, se vuelven más valoradas que otras, lo que contribuye a la intensificación de las desigualdades sociales y urbanas. Después, se propone una discusión sobre la estratificación social del territorio urbano, destacando la relación entre el "espacio geográfico" y el "espacio social" en la estructuración de las desigualdades. Por último, se concluye con una reflexión crítica sobre el problema urbano, enfatizando la necesidad de pensar alternativas al modelo de organización socioespacial vigente.

Palabras clave: Desigualdad Urbana; Desigualdad Social; Urbanización; Espaço Urbano; Estratificação Socioespacial.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento desproporcional e o adensamento das populações urbanas são dois dos principais problemas que ascendem ao debate atual sobre o futuro das cidades. Segundo

projeções recentes da ONU (2021), em 2050, é provável que 70% da população mundial esteja concentrada em um ambiente urbano. Diante de tal cenário, subsiste uma certa apreensão a propósito dos efeitos sociais que acompanham essa “urbanização desordenada”. De acordo com Anthony Giddens (2008), à medida que as cidades crescem, se aglutinam no interior dos territórios mazelas sociais cada vez mais latentes, com áreas urbanas sobrelotadas, uso excessivo de recursos ambientais, maior disseminação de doenças e aumento generalizado da pobreza.

Nesse sentido, as limitações do espaço e a sua conseqüente escassez, não apenas revelam uma inevitável preocupação habitacional, como também colocam em evidência as disparidades com que determinados territórios e grupamentos humanos, seja em virtude de condições naturais intrínsecas, seja devido a causas sociais mais profundas, experienciam tais impactos. Isso porque, o que se tem observado, sobretudo, nos países em desenvolvimento, é que os grupos mais vulneráveis e economicamente menos favorecidos são aqueles que vivem nas localizações mais degradadas e em situações extremas de carência (GIDDENS, 2008).

Conforme endossa Santos (1998, p. 15), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Dessa maneira, se quisermos entender os problemas que afetam nossas cidades e, de modo geral, a sociedade como um todo, precisamos entender como o espaço urbano é produzido e como é utilizado pelas diferentes classes sociais (CASTELLS, 2000). Essa perspectiva revela a importância de compreendermos a cidade não apenas como um conjunto de edificações, mas sim como um espaço social onde se desenvolvem diversas relações, tais como a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços, bem como as relações de poder e de dominação entre diferentes grupos sociais (CASTELLS, 2000).

Logo, é possível inferir que a produção do espaço urbano é um processo social e histórico que resulta das contradições e conflitos inerentes à sociedade capitalista. A cidade é o lugar onde se expressam as contradições entre as classes sociais, que disputam o acesso e a apropriação do espaço de acordo com suas necessidades e interesses. Esse processo envolve, por sua vez, a disputa pelas localizações mais valorizadas, que garantem, dentre outras vantagens, melhores condições de acesso a serviços, bens e oportunidades de trabalho (VILLAÇA, 2001).

Considerando as reflexões expostas, este artigo busca analisar o conceito de localização, a fim de proporcionar uma compreensão mais aprofundada acerca do problema da segregação socioespacial em nossas cidades e as possíveis maneiras de enfrentá-lo. É

importante destacar que o espaço urbano é resultado da confluência recíproca entre processos geográficos, culturais, econômicos e políticos (GOTTDIENER, 2010), o que reforça a necessidade de abordar esse tema de forma crítica e interdisciplinar.

Diante disso, ressalta-se que os modos como os habitantes da cidade se relacionam entre si e as próprias dinâmicas espaciais que daí resultam envolvem muito mais do que a mera segmentação física do território, antes estão associados a um complexo de sentidos ideologicamente produzidos que atravessam simbolicamente o espaço e (re)significam as suas formas. Ademais, em uma sociedade capitalista e colonial como a nossa, esses sentidos implicam na estruturação de hierarquias que determinam o acesso diferenciado dos cidadãos aos bens e serviços essenciais (SANTOS, 2007).

Assim, de modo a enfrentar os dilemas colocados, este percurso inicia-se com uma análise da categoria de espaço e suas implicações sociais ante o advento do capitalismo moderno, no qual o espaço urbano passou a assumir os atributos da forma-mercadoria. Em seguida, aborda-se o problema da segregação socioespacial e sua relação com o modelo de urbanização capitalista a partir da teoria da localização, buscando demonstrar como determinadas localizações, porque incorporam valor de uso e valor de troca diferenciados, tornam-se mais valorizadas do que outras, o que contribui para a intensificação das desigualdades sociais e urbanas. Em seguida, propõe-se uma discussão sobre a estratificação social do território urbano, apontando a relação entre “espaço geográfico” e “espaço social” na estruturação das desigualdades. Finalmente, conclui-se com uma reflexão crítica a respeito do problema urbano, enfatizando a necessidade de pensar alternativas ao modelo de organização socioespacial vigente.

2 ESPAÇO E SOCIEDADE

Em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Santos (1988b, p. 10) explica que “o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas”. Ou seja, não é o espaço, como em sua definição clássica, o simples resultado da interação entre o homem e a natureza bruta, muito menos o cenário de fundo decorativo em que atores sociais encenam o cotidiano; “o espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento” (SANTOS, 1988b, p. 10). Trata-se, portanto, de uma “forma” (objetos geográficos) que adquire “conteúdo” (sentidos sociais), e cada “forma”,

porque encerra uma fração de “conteúdo”, também é responsável pela realização do todo social, isto é, pela ordenação do conjunto de sentidos que estruturam a sociedade:

O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço. A fenomenologia do espírito de Hegel seria a transformação da sociedade total em espaço total. A sociedade seria o ser, e o espaço seria a existência. O ser é metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma *forma-conteúdo*, um indivíduo separado capaz de influenciar a mudança social (SANTOS, 1988b, p. 10).

Para Lefebvre (2006, p. 111), em sintonia com o que defende Milton Santos, o espaço (social) não pode ser reduzido a um simples objeto, “[...] uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade [...]”. Logo, o espaço nasce como resultado de uma *práxis* histórica, “como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente [...] que se manifestam através de processos e funções” (SANTOS, 2004, p. 153). Por essa razão, seria impossível pensar o espaço dissociado do tempo histórico, dissociado do movimento de transformação permanente da sociedade, da totalidade de forças que interagem e modificam a paisagem. Assim, conforme sustém Santos (1979, p. 43), “[...] somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização [socio]espacial”:

O espaço, dessa maneira, corresponde às transformações sociais feitas pelos homens. O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p. 10).

Dada a interdependência entre espaço e formação social, a especificidade do espaço no sistema capitalista em particular, deve ser percebida, conforme pontua Déak (2001, p. 87), “[...] à luz das transformações geradas pela substituição do modo de produção feudal pela produção capitalista de mercadorias”. Isso porque, tal como elucida Santos (1977, p. 88), “tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos”. Logo a história dos modos de produção é, sob esse aspecto, também a história da sucessão das formas socioespaciais:

Modo de produção, formação social, espaço — essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. [...] Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. [...] Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço (SANTOS, 1977, p. 86-88).

É, pois, dentro desse contexto de discussão em torno das relações entre “espaço” e “sociedade”, que “urbanização” e “capitalismo” se interconectam, de modo que não é possível, dada a caracterização imanente das sociedades contemporâneas, pensar um processo dissociado do outro, muito menos do seu suporte de reprodução material: a cidade. Conforme relata Sposito (1997), a cidade moderna, tendo em vista o caráter urbano da produção industrial, tornou-se o *locus* de concentração do capital e da força de trabalho. Em decorrência disso, “a cidade recebeu diretamente as consequências do rápido crescimento populacional impresso pela Revolução Industrial, e sofreu, a nível de estruturação de seu espaço interno, muitas transformações” (SPOSITO, 1997, p. 55). Mais do que isso, uma vez que o capitalismo depende, como diz Marx, da geração de excedentes de produção para obter mais-valia, não só a urbanização dependeu (e depende) do capitalismo para suprir as demandas de desenvolvimento, como o próprio capitalismo dependeu (e depende) da urbanização para absorver os excedentes que continuam sendo produzidos. Dessa maneira, como expõe Harvey (2014, p. 30), “não surpreende [...] que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista sejam, com o tempo, muito semelhantes às curvas logísticas da urbanização da população mundial”, existindo mesmo uma ligação ínsita entre as relações de produção capitalista e os processos contínuos de urbanização.

Com isso, a cidade não só se tornou um espaço privilegiado de circulação e produção de mercadorias, como também passou a incorporar, para além do seu valor de uso, um valor de troca associado a compra ou aluguel de parcelas desse mesmo espaço — a terra urbana como mercadoria (MARICATO, 2015). Segundo constata Rolnik (1995, p. 28-29):

Hoje, a imagem de cidade como centro de produção e consumo domina totalmente a cena urbana. Nas cidades contemporâneas não há praticamente nenhum espaço que não seja investido pelo mercado (ou pela produção para o mercado). À nossa volta existe uma espécie de evidência fantástica do consumo, criada pela multiplicação dos objetos/mercadoria, onipresentes no cotidiano da cidade — eles estão acumulados aos montes em nossas casas, expostos nas vitrinas que ocupam nossas ruas, exibidos pela publicidade nas centenas de mensagens diárias emitidas pelos meios de comunicação de massa. Sem dúvida, é possível dizer que hoje o mercado domina a cidade.

Esta configuração — cidade dominada pelo mercado — é própria das cidades capitalistas, que começaram a se formar na Europa Ocidental ao final da Idade Média.

Entre outros efeitos, essa nova condição socioespacial, orientada sobretudo pelos interesses do mercado, acarretou um modelo de hierarquização do espaço intraurbano, em que determinados pontos do território passaram a ser mais valorizados do que outros, principalmente devido à especulação imobiliária. Mas não só, também o Estado, ora por falta de controle sobre as formas de produção espacial, ora por assunção aos interesses do mercado, contribuiu de forma decisiva para a consolidação desse modelo que, embora revestido de um caráter preponderantemente econômico, conserva um propósito fundamentalmente político.

Consoante expõe Soja (1993), nas formações sociais capitalistas contemporâneas a cidade deixou de ser vista apenas como centro de produção e acumulação industrial, e passou a ser vista também como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em relação à força de trabalho, à troca e aos padrões de consumo. Em função disso, o planejamento urbano passou a ser “[...] criticamente examinado como um instrumento do Estado, que atendia às classes dominantes através da organização e reorganização do espaço urbano em benefício da acumulação de capital e da administração da crise” (SOJA, 1997, p. 144). Em tal caso, importa analisar o modo de produção capitalista do espaço, não apenas quanto às contradições associadas ao local de trabalho (ponto de produção), mas também quanto ao conflito de classes em torno da habitação, do espaço construído, da localização residencial e dos equipamentos urbanos disponíveis, da infraestrutura dos bairros periféricos a outras questões que estejam, por sua vez, intimamente relacionadas com a organização social do espaço, seu consumo e sua (re)produção.

3 LOCALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO

Segundo Déak (2001), o espaço urbano é composto por diferentes localizações interligadas por uma infraestrutura, como vias, redes e serviços, que são construídos e mantidos através do trabalho social e atendem às necessidades econômicas, atribuindo valor de uso às localizações. A partir dessa definição, podemos compreender que o espaço urbano é um produto do trabalho humano e, como tal, enseja práticas de produção e reprodução no contexto da própria divisão social do trabalho. Por conseguinte, essas atividades individuais de produção e reprodução requerem uma localização, e entre essas localizações se

estabelece uma diferenciação (valor de uso), de acordo com suas respectivas posições no espaço urbano (DÉAK, 2001). Nesse sentido, respalda Villaça (1999b, p. 222):

O espaço urbano é um produto muito peculiar do trabalho humano. Ele é um produto não-intencional resultante da produção de milhares de valores, por milhares de trabalhadores e milhares de proprietários de meios de produção: edifícios, ruas, redes, praças. O espaço urbano, entretanto, tem um valor próprio que não se confunde nem com o valor desses produtos, nem com sua soma. É o valor da localização.

Ademais, como visto anteriormente, na medida em que na economia capitalista a organização espacial da (re)produção do capital é exercida pelo mercado, a localização comanda um preço, sendo este preço estabelecido pelo próprio mercado (DÉAK, 2001)¹. Surge, portanto, um pagamento pelo uso da localização, que sendo uma parcela comercializável do espaço, adquire também um valor de troca:

O pagamento pela localização entra no preço de produção de mercadorias, junto com o pagamento pelas demais condições de produção: trabalho e meios de produção. O preço de mercado dos produtos, que regula as quantidades relativas das mercadorias a serem produzidas, regula assim, ao mesmo tempo, também a distribuição espacial da produção no espaço urbano e regulação da produção implica necessariamente em organização espacial, através do instrumento do pagamento pela localização. Este último pode tomar, como historicamente tomou, a forma de renda ou de preço, de acordo com a duração do período pelo qual a localização fica assegurada como uma condição da produção (DÉAK, 2001, p. 91).

Desse modo, conforme sustém Villaça (2015, on-line), “na verdade, o que é produto do trabalho social humano não é a terra-matéria [*per se*], mas a localização”. Assim, “quando se compra um terreno compram-se duas coisas: um pedaço da matéria-terra, que serve de apoio físico, e uma localização” (VILLAÇA, 1986, p. 102). Ao revés, como expõe Déak (2001, p. 92), embora a maioria das localizações tenham como suporte físico a terra, “a própria localização em si pode se materializar segundo uma variedade de maneiras no espaço urbano, e essas formas concretas não ‘se explicam’ exceto enquanto localização”. Portanto,

¹ Villaça (1985) explica que o preço da localização variará pela combinação de três componentes: i) o componente oriundo da renda absoluta (renda capitalizada); ii) o componente oriundo do valor da terra-localização, ou seja, a expressão monetária decorrente do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la; finalmente, iii) o componente que exprime um preço de monopólio, uma vez que todo proprietário de uma “localização” é proprietário de um bem único e irreproduzível. A propósito deste último componente, é preciso se fazer a ressalva que essa posição monopolista assumida pelo proprietário só será válida para àqueles que detêm localizações disputadas, os proprietários de lotes periféricos não são monopolistas, pela falta de interesse do mercado nessas áreas degradadas e pouco valorizadas.

“[...] ainda que uma localização não esteja sobre a terra, haverá um pagamento por ela” (DÉAK, 2001, p. 92)²:

De fato, embora terra (ou “solo”) seja o suporte mais usual de localizações no espaço urbano, ela certamente não é o único — na verdade, com a transformação e diversificação constante do espaço urbano, em função de novas exigências do desenvolvimento da produção, emergem sempre novas formas de localização em crescente variedade. Concessões em águas territoriais, para pesca e agricultura marinha ou para extração de petróleo, dão origem a pagamentos — similares à renda — por localizações nos oceanos, enquanto em satélites artificiais surgem pagamentos análogos, por exemplo, por estações de transmissão, e logo por locais de produção e pesquisa para indústrias, procurando (e tendo os recursos para tanto ou gozando de subsídios estatais) explorar técnicas de produção em condições de baixa gravidade e/ou de vácuo. Neste último caso algumas dessas localizações podem ser relativamente “fixas”, como em satélites de órbita geoestacionária, mas igualmente bem podem ser efetivamente “móveis”, evidenciando que no espaço urbano não só a localização não se apoia necessariamente na “terra”, mas que ela pode ser dissociada até mesmo do conceito de ‘fixidez’ com respeito a um sistema referencial terrestre (DÉAK, 2001, p. 92).

Seja como for, independentemente dessas particularidades, o fato é que “o capitalismo transformou a terra-localização em mercadoria e o mecanismo do mercado passou a ser a regra que preside a sua distribuição” (VILLAÇA, 2015, on-line). Entretanto, de acordo com Déak (2001, p. 94), “a produção do espaço urbano é governada por leis diferentes daquelas da produção de mercadorias, devido ao fato de o mesmo não poder ser produzido enquanto valor de uso individualizado”. Nesse sentido, o valor de uso da localização não resulta de uma referência em si mesma, mas em comparação ou mesmo em competição com as demais. Assim, “qualquer intervenção numa particular porção do espaço resulta numa transformação do espaço como um todo e, em última instância, de todas as localizações nele contidas. O que é produzido é o espaço, enquanto localizações — valores de uso — resultam coletivamente” (DÉAK, 2001, p. 94). Na síntese de João Sette Whitaker Ferreira (2017, p. 105):

Localizações são estruturas físicas, apoiadas (eventualmente) sobre o solo, cujas propriedades específicas – incluindo o seu preço – derivam de sua

² Esse é um ponto de inflexão muito importante, pois embora possa existir “localização” sem “terra-matéria”, dentro do modo de produção capitalista do espaço, o inverso não é possível. Todo pedaço de terra corresponde a uma localização, sendo esta localização, muito mais do que as propriedades intrínsecas da terra em si, o fator determinante do seu valor de uso e, conseqüentemente, valor de troca. Conforme endossa Déak (2001, p. 92), “a ‘terra’ comanda um preço porque e somente porque é um suporte para a localização”. Com isso, o clássico conceito marxista de “renda da terra” transfigura-se no tempo presente em “valor da localização”. Assim, como explica Gonçalves (2018, p. 4), parafraçando Villaça, “aquilo que se chamaria de renda diferencial no espaço urbano é na verdade um diferencial de valor. Os terrenos têm preços diferentes porque têm valores diferentes, e não porque produzem rendas diferentes”. Para uma visão mais detalhada sobre essa questão ver Ferreira (2013).

posição no espaço urbano, essa superestrutura de redes, vias e serviços que as interliga. Assim, o espaço (e não a terra) é produzido socialmente, e as localizações individuais que decorrem dessa produção são mercadorias colocadas no mercado, tendo seu preço estabelecido pela competição capitalista.

Por conseguinte, segundo Villaça (1999b), a localização urbana pode ser examinada a partir de dois atributos: pelos contatos diretos e pelos contatos indiretos que propicia. Por contatos diretos entre localizações, devemos entender aqueles que não envolvem o deslocamento entre elas, enquanto que por contatos indiretos, o inverso. No grupo dos primeiros, podemos classificar as localizações a partir das suas características de infraestrutura (exceto a de transporte). Já o segundo será definido pelas expressões “perto de...” ou “longe de...”, ou seja, levando-se em consideração o tempo de deslocamento entre cada um desses pontos específicos. O primeiro atributo é fruto do trabalho humano e pode ser reproduzido. É possível pavimentar todas as ruas de uma mesma cidade, por exemplo. O segundo atributo, contudo, muito embora também seja produzido pelo trabalho humano, não pode ser reproduzido, isso porque, do ponto de vista do deslocamento, não seria possível a existência de duas localizações idênticas.

É por isso que tais localizações são chamadas por Villaça (2001) de “localizações puras”, porque constituem um valor específico dentro do espaço urbano. Em alguns casos, pode haver localizações que são tão semelhantes que podem ser consideradas quase idênticas, como, por exemplo, várias áreas desvalorizadas dentro de um mesmo circuito urbano. No entanto, as classes sociais disputam pela ocupação das “localizações mais valiosas” (VILLAÇA, 1999b), e é justamente essa disputa que caracteriza a dinâmica socioespacial em nossas cidades:

O espaço urbano é produzido e consumido por um mesmo e único processo. A sua estruturação interna, entretanto, se processa sob o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda. [...] Tal estruturação se dá sob a ação do conflito de classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano, ou, como já foi dito, e parafraseando Castells, em torno da disputa pela apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho (VILLAÇA, 2001, p. 328).

Ao contrário dos demais bens de consumo, como sapatos, celulares, automóveis, roupas etc., que podem ser fabricados em larga escala e em quantidade suficiente para suprir as necessidades até das próximas gerações, conforme demonstra Villaça (2015, p. 32), a localização, por ser única, “[...] não pode ser distribuída equitativamente entre seus consumidores. Em consequência — e aqui está outra particularidade desse produto —, isso

a torna inerentemente conflituosa”. Além disso, ao contrário dos demais produtos do trabalho social, a localização não circula entre os seus consumidores, o que ocorre, explica Villaça (2015, p. 32), é o oposto, ou seja, são os consumidores que circulam por ela. Neste quesito, o problema das distâncias aparece como vital, pois coloca em relevo o primeiro aspecto da segregação: a questão dos transportes. Quanto a isso, expõe Villaça (2015, p. 33):

A segregação é um artifício usado pelas classes sociais mais poderosas para minimizar os próprios tempos de deslocamento associados a todas as localizações; o dispêndio desse tempo é sempre uma desvantagem de toda e qualquer localização. Em essência, o objetivo da segregação urbana é a minimização dos tempos de deslocamento associados ao exercício das diversas atividades urbanas, sejam elas produtivas ou não. É impossível eliminar esse tempo, então as classes sociais disputam ferrenhamente sua otimização, aprimorando e disputando os meios de transportes, tanto os veículos como as vias e sua gestão.

Outro aspecto peculiar desta mercadoria é a sua indispensabilidade, algo já referido anteriormente a propósito do seu valor de uso. Qualquer ser humano pode viver sem televisão, sem automóvel, sem celular — como, aliás, o fora a vida humana nos tempos remotos —, pode viver até sem casas ou edifícios — e nossos ancestrais das cavernas provam isso —, mas é absolutamente impensável a vida humana sem que haja um pedaço de planeta, de chão, de território ou de qualquer superfície, esteja ela fincada na terra ou não, a qual possa se apoiar. Em nossas sociedades capitalistas ainda mais, pois nenhum ser humano pode viver sem trabalhar, sem comprar ou sem pagar por um ponto de localização.

Finalmente, ao contrário de outras mercadorias, a localização é a única que apresenta vantagens e desvantagens em relação umas às outras. Dois celulares ou automóveis do mesmo modelo, por exemplo, apresentam os mesmos benefícios para diferentes proprietários; não importa quantos sejam os proprietários ou aonde estejam, as funções e características não mudam e todos irão usufruir do mesmo. Com as localizações, entretanto, esta regra não se aplica. Como visto, cada localização é única e, em virtude disto, apresentam vantagens e desvantagens que não se colocam igualmente entre todas (e, conseqüentemente, entre todos). Dessa sorte, não é a mesma coisa morar no centro da cidade (ou melhor, no “centro” artificialmente forjado pela classe dominante) ou em um bairro periférico (ainda que geograficamente “localizado” numa área central).³ Trata-se, sem dúvida,

³ É importante frisar que o conceito de localização não diz respeito apenas a uma questão geográfica, mas envolve, precipuamente, um atributo ideológico. Assim, a periferia pode ocupar uma área geograficamente entendida como “central”, sem que isso altere ou elimine as condições sociais que a caracterizam como um espaço periférico. Do mesmo modo, as elites podem se estabelecer em regiões mais afastadas da cidade e, ainda assim, manter o status de “centralidade” em função de suas condições socioeconômicas privilegiadas. Isso ocorre porque a formação espacial está sujeita a processos de dominação pela ideologia dominante, que

de um mesmo tipo de mercadoria, ambos os moradores (do “centro” e da “periferia”) são proprietários ou possuidores de uma localização, mas com vantagens e desvantagens distintas.

Historicamente, o que se tem constatado, principalmente nas grandes metrópoles, é que ricos e pobres quase nunca ocupam as mesmas áreas da cidade (BALTRUSIS; D’OTTAVIANO, 2009). Assim, “em que pese [a] presença de uma pequena parcela das camadas mais pobres no espaço dos mais ricos, o fato é que a grande maioria dessas camadas ocupa o ‘lado de lá’ da cidade e as periferias afastadas” (VILLAÇA, 2001, p. 225). Essa divisão intraurbana acentua o modelo de cidade *dual*, conforme apresentado por Castells (1995), cuja estrutura espacial reflete o acirramento das desigualdades socioeconômicas, provocando assim uma clara divisão territorial entre as classes mais favorecidas e menos favorecidas. Nessa direção, corrobora Santos (2007, p 140):

Na grande cidade, há cidadãos de diversas ordens ou classes, desde o que, farto de recursos, pode utilizar a metrópole *toda*, até o que, por falta de meios, somente a utiliza parcialmente, como se fosse uma pequena cidade, uma cidade local. A rede urbana, o sistema de cidades, também tem significados diversos segundo a posição financeira do indivíduo. Há, num extremo, os que podem utilizar todos os recursos aí presentes, seja porque são atingidos pelos fluxos em que, tornado mercadoria, o trabalho dos outros se transforma, seja porque eles próprios, tornados fluxos, podem sair à busca daqueles bens e serviços que desejam e podem adquirir. Na outra extremidade, há os que, pobres de recursos, são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais. Para estes, a rede urbana é uma realidade onírica, pertence ao domínio do sonho insatisfeito, embora também seja uma realidade objetiva.

Para um melhor retrato desse cenário, uma pesquisa realizada em 2016 utilizando-se do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), elaborado pelo Observatório das Metrópoles, demonstrou que “as pessoas que moram nas áreas de melhores condições urbanas ganham, em média, 7,3 vezes mais que a média do rendimento das pessoas que moram nas áreas onde se apresentam as piores condições urbanas” (RIBEIRO, 2016, p. 218). Ainda de acordo com esta pesquisa, nas áreas classificadas como de nível muito alto de bem-estar urbano é menor a proporção de pessoas que ganham até dois salários mínimos, com uma diferença de 43,5 pontos percentuais entre ambos os extremos (RIBEIRO, 2016,- p. 218). De acordo com Sposito (1997, p. 74-75), uma possível explicação para esse arranjo, encontra-se na

define e valoriza os lugares conforme os sentidos simbólicos que são produzidos socialmente. Essa dinâmica revela que a localização não é apenas um ponto geográfico no mapa urbano, mas um sistema que articula também posições sociais, o que demanda uma análise da localização a partir de uma perspectiva mais ampla, que considere não apenas as características físicas e geográficas dos lugares, mas também as representações simbólicas, sociais e políticas que os moldam.

maneira desigual como o poder público distribui os seus recursos, priorizando na maioria dos casos as áreas habitadas por pessoas de alto poder aquisitivo em detrimento dos bairros pobres e de classe baixa:

A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono. Será que a cidade cresce desordenadamente, porque ela não está sob planejamento? Será que o Estado (subjugado pelas classes dominantes) é neutro ao planejar seus investimentos? Um passeio pelas ruas de São Paulo permite-nos verificar que a escolha dos lugares dos investimentos públicos não é imparcial (e existe a imparcialidade?). Há inúmeros terrenos desocupados na cidade paulistana, mas o tecido urbano cresce desmesuradamente na periferia. As contradições sociais impostas pelo desenvolvimento capitalista estão impressas na estrutura e na paisagem urbana. A opção do Estado parece clara...

Mas não é só a diferença de renda que contorna a paisagem, também há uma nítida divisão racial na ocupação e tratamento desses espaços (RIBEIRO, 2016), como também na forma como esses indivíduos se relacionam com os outros seguimentos da cidade (DE PAULA, 2016; KOGA, 2003; LOPES, 2007). Soma-se a isso, até mesmo, a maneira estereotipada como a imprensa e a mídia em geral retrata as localidades periféricas em suas reportagens, frequentemente classificando-as como perigosas, hostis e incivilizadas (PERLMAN, 1977). Nesse sentido, a segregação enquanto mecanismo de dominação e exclusão incorpora não só uma dimensão econômica e política, mas também e, substancialmente, uma dimensão ideológica (VILLAÇA, 2003):

Ao longo das décadas, a classe dominante vem desenvolvendo uma ideologia específica sobre o espaço urbano de nossas metrópoles, tendo por objetivo facilitar a dominação através dele. [...] Inúmeros são os exemplos de ideologia do espaço urbano, isto é, versões sobre ele e suas origens. Vamos destacar dois. O primeiro enquadra-se na categoria geral de naturalização dos processos sociais (exemplo: a miséria do nordeste é decorrência do clima). O centro de nossas cidades sofre um processo de deterioração. Deterioração (sinônimo de apodrecimento) é um processo natural, inevitável, decorrente do envelhecimento. Segundo essa versão, é o envelhecimento dos centros de nossas metrópoles que estaria provocando sua “deterioração”. Não é seu abandono pela classe dominante. A segunda categoria geral é a universalização do particular, e o particular é aquele que se refere à classe dominante. Esta promove a ideologia segundo a qual a cidade se identifica com aquela parte da cidade que é de interesse ou é ocupada pela classe dominante. “O centro da cidade está se deslocando, ou mudando de local”, diz a ideologia dominante. No entanto, o que está mudando é o centro da cidade voltado para a minoria, para a classe dominante (VILLAÇA, 1999b, p. 232).

À vista disso, cumpre ressaltar que o espaço urbano, sendo um produto social, se estrutura a partir da ação de diferentes agentes sociais, que produzem e consomem o espaço, ordenando suas formas e (re)criando os seus sentidos. Segundo Corrêa (1989, p. 11), “a ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”. Dentre os agentes esboçados por Corrêa (1989), encontram-se: i) os proprietários dos meios de produção; ii) os proprietários fundiários; iii) os promotores imobiliários; iv) o Estado; e v) os grupos sociais excluídos. Cada um desses agentes adota estratégias distintas de produção, circulação e consumo de riquezas no interior do espaço. Apesar disso, algumas práticas acabam tornando-se comuns entre dois ou mais desses agentes, sobretudo se considerarmos que os três primeiros (os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários), por exemplo, confluem a um mesmo objetivo primário: a apropriação diferencial de uma “renda da terra” (CORRÊA, 1989) que, como visto, corresponde no tempo presente ao “valor da localização”. Também nisto, há que se pontuar, que, invariavelmente, “a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe [...]” (CORRÊA, 1989, p. 12).

No que concerne a este último aspecto, interessa sinalizar igualmente o papel em que se ocupa o Estado na regulação institucional desses processos. No esteio do que aduz Samson (1980 apud CORRÊA, 2012, p. 47-48), o leque de possibilidades da ação do Estado na ordenação espacial, compreende, entre outros, os seguintes instrumentos:

- a) estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço;
- b) taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas: diferenciais espaciais dessa taxaço refletem e condicionam a diferenciação socioespacial no espaço urbano;
- c) produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento: a cidade do Rio de Janeiro fornece exemplos contundentes dessa ação;
- d) controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais;
- e) tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais — esta ação tende, via de regra, a reforçar a diferenciação interna da cidade no que diz respeito à segregação residencial;

- f) tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço, por meio da implantação de unidades fabris, e dos impactos, em outras áreas, próximas ou longínquas, de suas instalações industriais: conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas são criados, em parte, em decorrência das indústrias do Estado, cuja ação interfere na divisão econômica do espaço e na divisão social do espaço da cidade;

Evidentemente, essa multiplicidade de papéis não se efetiva ao sabor do acaso, nem se processa de modo socialmente neutro. A ação do Estado está envolta nos conflitos inerentes a sociedade de classes e, nisto, “tende a privilegiar os interesses daquele seguimento ou seguimentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder” (CORRÊA, 1989, p. 26). É dessa maneira que, em conformidade com os apontamentos de Villaça (1986, 2001, 2012), Rolnik (1995, 2015), Maricato (1996, 2015), Corrêa (1989) e Santos (2007), o Estado cria mecanismos que levam a segregação socioespacial a partir da ratificação desigual das localizações. Em tudo isso, há também e, sobremaneira, uma concorrência de forças do mercado (imobiliário e financeiro) que, juntamente com o abono do poder público (submetido a dominação desses “agentes hegemônicos”, para utilizar uma expressão de Milton Santos), criam condições distintas de vida urbana e reprodução das diferentes classes sociais. Nesse sentido e ao que tudo indica, “a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo” (SANTOS, 2007, p. 141).

Kowarick (1979, p. 59), munido do conceito de “espoliação urbana”, já denunciava o modo como o Estado submetia os trabalhadores as formas de extorsão que extrapolavam o domínio da fábrica, contribuindo, desse modo, para o que chamou de “movimento contraditório da acumulação do capital”. Ou seja, ao passo que prestava suporte de infraestrutura para a expansão industrial, o Estado subordinava o operariado a condições precárias de uso dos equipamentos urbanos. Dessa maneira, se por um lado, o poder público sempre se mostrou presente para suprir as demandas do capital, por outro, nunca demonstrou a mesma eficiência no provisionamento de bens e serviços para atender as necessidades do proletariado urbano.

Outrossim, mais do que denunciar esses problemas vivenciados no cotidiano das nossas grandes cidades, conforme explica Barreira (2010, p. 151), “[...] o conceito de espoliação urbana é uma ‘arma teórica’ capaz de atingir o cerne das desigualdades sociais, definindo-se não só pela carência de bens de consumo coletivo tais como moradia, transporte, água e luz, estendendo-se também a práticas de autoconstrução e consequente aumento da jornada de trabalho”. De acordo com o próprio Kowarick (2000, p. 22):

Trata-se de um conjunto de situações que pode ser denominado de espoliação urbana: a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta.

A esse respeito, têm-se também aquilo que Harvey (2004) define como “acumulação por espoliação”⁴. Este processo, que ganhou força com a implementação de políticas neoliberais a partir da década de 1970, consiste em certos “arranjos espaço-temporais” adotados pelo próprio sistema capitalista no sentido de conter os efeitos econômicos ocasionados por “crises de superacumulação” e, dessa forma, permitir que o mercado seja capaz de absorver os excedentes de capital e de força de trabalho. Em outras palavras, a “acumulação por espoliação” é uma forma de obter riqueza através da exploração, expropriação e pilhagem de recursos, territórios e pessoas, seja por meio da privatização de serviços públicos, do controle monopolístico de mercados ou da degradação ambiental. Esse processo, segundo Harvey (2004), é uma característica intrínseca do capitalismo e uma forma de concentração de poder e riqueza nas mãos de uma elite privilegiada, em detrimento das populações mais vulneráveis.

Conforme ressalta Harvey (2004, p. 76, tradução livre), “[a ‘acumulação por espoliação’] é onipresente em qualquer período histórico e aumenta fortemente quando ocorrem crises de superacumulação na reprodução expandida, quando parece não haver outra saída, exceto a desvalorização”. Isso nos permite perceber como frequentemente o Estado atua em sintonia com os interesses do mercado, produzindo sempre maiores níveis de desigualdade, como de fato tem sido a tendência global nos últimos trinta anos que, não por acaso, marca toda uma era de hegemonia neoliberal (HARVEY, 2004).

O espaço produzido, está, pois, condicionado a formação social, mas ao contrário do que sugere algumas correntes sociológicas, o espaço também influencia as estruturas sociais, havendo, portanto, uma relação “dialética” entre espaço e sociedade (GOTTDIENER, 2010; SOJA, 1993). É claro que os espaços não mantêm “relações sociais” entre si, porém, consoante reitera Villaça (2001, p. 15), “há certos processos sociais nos quais espaço e sociedade estão de tal forma imbricados que é impossível entender as relações sociais sem uma visão espacial”. Isso é particularmente verdadeiro quando tratamos do espaço urbano e dos conflitos a ele inerentes. Nessa circunstância, a segregação é tanto uma consequência

⁴ O termo original em inglês é “*accumulation by dispossession*” e apresenta outras traduções possíveis além daquela utilizada neste artigo, como: “acumulação por despossessão” e “acumulação por expropriação”.

quanto um fator de garantia da ordem social, pois à medida que é ideologicamente produzida pelas classes dominantes, também assegura a dominação, funcionando como um mecanismo de controle socioespacial:

O papel do espaço consiste no seguinte: dada uma certa estratificação social, dadas as mesmas características socioeconômicas, culturais e políticas da população, a forma como a população e essas características se organizarem no espaço produzirá efeitos sociais diferentes. A segregação — uma determinada configuração espacial — é necessária para que haja dominação através do espaço e através dessa dominação haja apropriação diferenciada do produto do trabalho (VILLAÇA, 1999b, p. 236).

Diante do exposto, considerando que a disputa entre as classes se dá, na prática, em função da apropriação diferenciada do espaço a partir das localizações, é evidente que as localizações centrais (dependendo aí do que se entenda por “centro”) possuem maior valor de uso e, portanto, oferecem melhores condições de relacionamento com o restante da cidade (VILLAÇA, 1999b). Dessa forma, compreender a relação entre localização e segregação não só é fundamental para entender as desigualdades sociais e urbanas, como também para (re)pensar o modelo de ordenação espacial, de modo a torná-lo mais justo e igualitário.

4 TERRITÓRIO E DESIGUALDADE

Conforme escreveu Milton Santos (2007, p. 107), “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. [...] Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”. Ainda de acordo com Santos (1988a, p. 3), “a localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar”, de modo que, a configuração geográfica, muito mais do que um local físico é, na verdade, o resultado das experiências de vida e relações sociais que se formam dentro destes espaços e também a partir deles; da associação entre o conjunto do “sistema de objetos” que os estrutura ao “sistema de ações” que os modifica (SANTOS, 2006).

Nesse sentido, todos somos o espaço que habitamos, mas nem todos habitamos o espaço da mesma maneira. Segundo Roncayolo (1993), a cidade é um território que acomoda e organiza outros territórios. Esses territórios, por sua vez, estão dispostos conforme uma hierarquia urbana, que articula não só a posição geográfica dos indivíduos, mas, sincronicamente, sua posição social. Assim é que o espaço social se inscreve no espaço físico, o que nos permite compreender o território como expressão da relação entre

os diferentes agentes e classes sociais, conforme as proximidades ou distanciamentos que se estabelecem entre uns e outros no espaço geográfico por decorrência das disparidades sociais existentes (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013).

É desse modo que a diferenciação socioespacial, calcada na crescente especialização de tarefas resultantes do aumento da divisão social do trabalho, “[...] gera diferenças de atributos, de recursos, de poder e de *status* que se constituem nas bases materiais da formação de categorias sociais, que tendem a buscar localizações específicas na cidade, criando a divisão social do território” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 25-26); o que implica em uma análise dos processos de organização social do espaço segundo “[...] as distâncias sociais manifestadas no território entre os grupos sociais que ocupam posições distintas na estrutura social [...]” (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 25).

Não obstante, conforme explicita Pierre Bourdieu (1974), uma classe não é definida apenas por sua situação ou posição na estrutura social, muitas de suas propriedades estão, na verdade, relacionadas ao fato de que os indivíduos que a compõem entram em relações simbólicas que, expressando as diferenças de situação e de posição sob uma lógica sistemática, engendram distinções significantes. Ou seja, “longe de que certas propriedades sejam intrinsecamente ligadas a certas condições econômicas e sociais, [...] é preciso admitir que a ‘posições’ homólogas na estrutura social correspondem condutas simbólicas de estilos equivalentes” (BOURDIEU, 1974, p. 72). Na explicação de Ribeiro e Ribeiro (2013, p. 25):

O sentido de distância social aí utilizado decorre [...] da concepção geométrica do espaço social como estruturado por relações de posições de dominação (e não características substantivas dos ocupantes dessas posições) entre grupos sociais. Nessa variante, o território é concebido como espaço social objetivado, expressando posições ocupadas pelos agentes sociais em função do montante (total) e tipo (econômico, social, político e/ou simbólico) de capital, devido à capacidade diferenciada de apropriação dos recursos nele constituídos.

Nesse contexto, a cidade capitalista emerge como o lugar do conflito e da diferença: “é como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais” (ROLNIK, 1995, p. 40). De um lado, a cidade formal, a cidade hegemônica, a cidade que tem pleno acesso aos serviços e infraestrutura urbanos essenciais; de outro, a cidade ilegal, a cidade clandestina, a cidade invisível, o lugar dos “não-lugares”, dos casebres, das palafitas, dos barrancos, mocambos e barracos.

Desse profundo descolamento entre uma e outra face de uma mesma cidade é que surgem as contradições próprias do sistema que as originou. Não é por pura e mera coincidência que as ideias estejam “fora do lugar” ou que certos lugares estejam “fora das ideias”, para utilizar duas expressões amplamente difundidas por Maricato (2000). A exclusão urbanística que existe no Brasil e que tem como principal característica uma espécie de “seletividade legal”, busca consolidar, ao fim e ao cabo, um projeto perverso de dominação política, econômica e ideológica; o “novo imperialismo” (HARVEY, 2004) se assim quisermos chamar, em que o espaço é convertido em um instrumento de controle posto as mãos (não tão invisíveis assim) do mercado imobiliário e financeiro (ROLNIK, 2015). Como afirma Corrêa (1989, p. 64): “a segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais”.

Não é também por falta de planos urbanísticos ou diretores, como, aparentemente, se poderia especular, que vivenciamos diariamente o caos em nossas cidades desiguais. O problema também não se deve, como alguns insistem, a falta de qualidade no conteúdo desses planos. O que falta, efetivamente — e aqui está a raiz do problema —, é credibilidade a esses instrumentos e, mais do que isso, a força normativa necessária para obrigar o poder público a fazer aquilo que já faz nos bairros nobres da cidade, nos bairros pobres e periféricos (MARICATO, 2000; VILLAÇA, 1999a). Portanto, essa situação de exclusão, perpassa, como expõe Maricato (2003), por uma aplicação discriminatória da lei. Segundo a autora: “a ilegalidade é sem dúvida um critério que permite a aplicação de conceitos como exclusão, segregação ou até mesmo de *apartheid* ambiental” (MARICATO, 2003, p. 153). Nesses casos, a lei do mercado parece prevalecer sobre a norma jurídica.

Em situações mais graves, “a ilegalidade em relação à posse da terra parece fornecer, frequentemente, uma base para que a exclusão se realize em sua globalidade” (MARICATO, 2003, p. 155). É o que demonstrou Santos (1980) a propósito da pesquisa que desenvolveu na década de 1970 em uma favela do Rio de Janeiro, batizada por ele com o nome fictício de “Pasárgada”. Segundo narra o sociólogo português, os moradores de Pasárgada recebiam acionar o judiciário para resolução de conflitos na comunidade, pois, uma vez que se encontravam em ocupações ilegais, temiam que algo assim pudesse incitar ações de reintegração de posse. Além disso, os próprios moradores acreditavam que seria inútil recorrer aos tribunais, isso porque, os juízes (em tese) deveriam seguir o que estava escrito nos códigos e pela “lei oficial” do Estado, uma vez que se encontravam em situação de irregularidade, era como se eles não tivessem direito ao uso do solo.

Outros relatos demonstram que a atuação da polícia na localidade (ressalte-se: quase sempre a única presença do poder público nas “favelas” se dá por meio dos aparelhos repressivos do Estado) ocorria de forma totalmente indevida, com a invasão de moradias em qualquer horário e sem mandado, bem como com a prática de atos truculentos nas abordagens. É como se a comunidade — e todas as outras que se encontram na mesma situação hoje em dia não fogem a mesma regra — fosse um local “fora da lei” e, portanto, o que se aplica em termos de efetivação de direitos para os demais habitantes da cidade (da cidade legal/formal, evidentemente) não seria aplicável para esses que, porque vivem em situação de irregularidade fundiária, são tratados como se não fossem cidadãos.

O mais intrigante de tudo isso é que, apesar do isolamento sofrido pela “cidade ilegal”, ela ocupa uma parte significativa do território urbano (IBGE, 2021; KRAUSE; DENALDI, 2022), fato curioso que, mais uma vez, chama a atenção para o cerne do problema: o que define os benefícios e desvantagens de cada cidadão (ou grupos de cidadãos) não é a proporção com que se ocupa o solo, mas a porção de solo que se é ocupada e quem ocupa. Desse modo, como sinaliza Santos (2007, p. 141), “uma política efetivamente redistributiva, visando a que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial”. Com efeito, “mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania” (SANTOS, 2007, p. 18); uma cidadania verdadeiramente comprometida com os valores humanos fundamentais e que garanta a todos os cidadãos, indistintamente, acesso integral e efetivo aos bens sociais, culturais, políticos e econômicos.

A cidade capitalista como acertadamente definiu Harvey (1980, p. 174) é o “lugar das contradições acumuladas”. Essas contradições estão inexoravelmente associadas a um modelo de urbanização que, conforme salienta este mesmo autor, “tem uma especificidade geográfica tal que a produção de espaço e dos monopólios espaciais tornam-se parte integrante da dinâmica da acumulação” (HARVEY, 2014, p. 92), o que se deve, “[...] não apenas em virtude da natureza dos padrões mutáveis do fluxo de mercadorias no espaço, mas em virtude da natureza mesma dos espaços e lugares criados e produzidos em que esses movimentos ocorrem” (HARVEY, 2014, p. 92). Nesse contexto, a cidade passa a ser o palco dos conflitos entre as classes dominantes e grupos contra-hegemônicos, entre aqueles que detêm o poder do capital e aqueles que lutam para romper as barreiras da exclusão e da marginalidade (LOJKINE, 1997). Sobre isso, expõe Harvey (2014, p. 133):

A reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras. Contudo, a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de Estado (em particular, as instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturas nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras — seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Não se chega facilmente a esse nível de controle, se é que se chega. A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe.

Em tal caso, o processo de segregação urbana também suscita um movimento de oposição vindo das áreas de invisibilidade social (as “heterotopias”, no sentido lefebvriano), fazendo desta cidade um “campo de forças” entre as diversas territorialidades que coabitam em seu espaço: “a arena da oposição entre o mercado — que singulariza — e a sociedade civil — que generaliza — [...], em suas diversas dimensões e escalas” (SANTOS, 1998, p. 19).

Colocar as “ideias no lugar” e o “lugar dentro das ideias” significa, nestes termos, desconstruir as representações dominantes sobre a cidade, para, a partir disso, reconstruir em cima dos seus escombros um novo paradigma urbano, como princípio de uma cidade mais inclusiva e menos desigual. Por enquanto, “o lugar — não importa sua dimensão — é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas” (SANTOS, 1998, p. 19). Para Yi-Fu Tuan (1975, p. 165, tradução livre), “o lugar, em todas as escalas, da poltrona à nação, é uma construção da experiência; é sustentado não apenas pela madeira, concreto e rodovias, mas também pela qualidade da consciência humana”.

Assim, embora a tendência atual seja a de que os lugares se unam verticalmente, “os lugares também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base da vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais...” (SANTOS, 1998, p. 19). Essas novas horizontalidades é que permitirão um deslocamento contra-hegemônico de autoafirmação do “lugar” como experiência sensível (TUAN, 1975), capaz de mobilizar as diversas sensibilidades a um processo de reconstrução coletiva do espaço social segregado e recuperação das identidades territoriais extraviadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como assinala Giddens (2008), à medida que a população urbana mundial continuar a crescer, cada vez mais as políticas e as reformas terão de ser direcionadas para

as populações nas cidades. Essas políticas e reformas, por sua vez, não podem prescindir da abordagem locacional, porque é através da apropriação diferenciada das localizações que a estrutura urbana se configura como território fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, para referir os atributos apresentados por Corrêa (1989) em sua obra *O Espaço Urbano*. Também não podem prescindir da necessidade de superação do modo de produção capitalista do espaço, que subordina a estrutura urbana a lógica da acumulação de capital e generalização da mercadoria (HARVEY, 1980). Assim, qualquer plano urbanístico que desconsidere esses dois imperativos, servirá apenas para garantir a manutenção das desigualdades e da estratificação socioespacial.

Diante disso, não podemos mais ignorar o imenso abismo que se abre entre os dois extremos da vida urbana. Entre aqueles que podem desfrutar integralmente da cidade em todos os seus aspectos e experiências possíveis; e aqueles que são obrigados a conviver com o descaso do poder público, a violência policial, a falta de acesso a saneamento básico, a áreas de lazer e cultura, tudo isso porque estão localizados fora do circuito da oferta de bens e serviços urbanos. Como acentua Santos (2007), num território onde a localização e distribuição dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo conflui para que as desigualdades sociais aumentem. É por isso que um novo modo de produção do espaço urbano se impõe para superar essa realidade e buscar uma cidade mais justa e equitativa para todos os seus habitantes. Um modo de produção que não se limite à lógica do mercado e da acumulação de capital, mas que coloque em seu centro a garantia dos direitos sociais e a promoção da dignidade humana.

Esse processo, como aduz Harvey (2012, p. 74), deve conduzir a uma mudança radical, não apenas no que concerne ao direito de acesso individual e coletivo aos recursos que a cidade incorpora e oferece, mas a própria reinvenção da vida urbana de acordo com os nossos desejos mais profundos: “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”. Se Harvey (1980, p. 271) estiver certo, então “um urbanismo genuinamente humano ainda está por surgir”, um urbanismo que se anuncia, como diria Lefebvre (1999, p. 28), “[...] não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora”. Nossa tarefa política consiste, portanto, em preparar o caminho para que essas mudanças possam florescer. Reivindicar e organizar as nossas cidades para as lutas anticapitalistas é, sem dúvida, um primeiro passo nessa direção.

REFERÊNCIAS

BALTRUSIS, N.; D'OTTAVIANO, M. C. L. Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, p. 135-149, 2009.

BARREIRA, I. A. F. Cidade, Atores e Processos Sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, p. 149-159, 2010.

BOURDIEU, P. Condição de Classe e Posição de Classe. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Hierarquias em Classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. **La Ciudad Informacional**: tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

DEÁK, C. **À Busca das Categorias da Produção do Espaço**. 217f. Tese (Livre-docência) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DE PAULA, A. B. Territórios Desiguais – Racismo e o Acesso à Cidade. **(SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 64-82, 2016.

FERREIRA, J. S. W. “Em busca das categorias da produção do espaço”, uma resenha. **PosFAUUSP**, São Paulo, v. 24, n. 42, p. 104-107, 2017.

FERREIRA, J. S. W. Notas sobre a visão marxista da produção do espaço urbano e a questão da renda da terra. In: FERREIRA, J. S. W. **Sistematização crítica da produção acadêmica**. 196 f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GIDDENS, A. As Cidades e os Espaços Urbanos. In: GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GONÇALVES, A. V. M. Teoria da localização, teoria da renda fundiária urbana e o processo da obsolescência espacial urbana. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1-15, 2018.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **O Direito à Cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, D. The “New” Imperialism: accumulation by dispossession. **Socialist Register**, Londres, v. 40, p. 63-87, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2020**: características gerais dos domicílios, dos moradores e dos emigrantes por motivo internacional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=210409>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOGA, D. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KRAUSE, C; DENALDI, R. (Orgs.). **Núcleos Urbanos Informais**: Abordagens Territoriais da Irregularidade Fundiária e da Precariedade Habitacional. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11549>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOPES, J. R. Cidade, Subjetividade e Território: representações de moradores de favelas. **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 1, p. 81-94, 2007.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. Metrópole, Legislação e Desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, p. 151-166, 2003.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, E. Planejamento Urbano no Brasil: as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília B.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ONU. **ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050.** 2021. Disponível em: <<https://unric.org/pt/onu-preve-que-cidades-abriguem-70-da-populacao-mundial-ate-2050/>>. Acesso: 14 dez. 2021.

PERLMAN, J. **O Mito da Marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **Análise Social do Território:** fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, M. G. Desigualdades Urbanas e Desigualdades Sociais nas Metrôpoles Brasileiras. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, p. 198-230, 2016.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R. **O que é Cidade?**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RONCAYOLO, M. **La Ville et ses Territoires.** Paris: Gallimard, 1993.

SANTOS, B. de S. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUTO, C; FALCÃO, J. (Orgs.). **Sociologia e Direito:** textos básicos para disciplina de sociologia jurídica. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1988a.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988b.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: EdUSP, 2007.

SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SOJA, E. **Geografias Pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Contexto, 1997.

TUAN, Y. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, New York, v. 65, n. 2, p. 151-165, 1975.

VILLAÇA, F. A segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 11, p. 341-346, 2003.

VILLAÇA, F. A terra como capital (ou a terra-localização). **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 5-14, 1985.

VILLAÇA, F. Capitalismo transformou a localização da terra em mercadoria. **UOL**, São Paulo, 24 fev. 2015. Disponível em: <
<https://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2015/02/24/capitalismo-transformou-a-localizacao-da-terra-em-mercadoria.htm>> . Acesso em: 01 mar. 2022.

VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor. In: **O Município no Século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima/Cepam, 1999a.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A. de; LINS, S. C.; SANTOS, M. do P. C.; SANTOS, M. da C. (Orgs.). **Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora CEDESP, 1999b.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, F. O Território e a Dominação Social. **Margem Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo, n. 24, p. 31-36, 2015.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre a cidade brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.
